

Pecado: o mau uso da palavra (Portugal no século XV)¹

Sin: the wicked use of the spoken (Portugal in the 15th century)

Eduardo Lima de Souza²

Resumo

No ano de 1489, foi impresso, na cidade portuguesa de Chaves, o *Tratado de Confissom*, elaborado por um autor anônimo. A obra concentra diversas prédicas para iniciar os cristãos nos rudimentos da fé católica a partir, sobretudo, dos pecados mortais, dos sentidos do corpo e dos dez mandamentos da lei de Deus. A presente pesquisa tem como objetivo analisar o peso conferido, nesse tratado e outros similares, aos pecados cometidos oralmente, conhecidos como pecados da língua, em confronto com as formas de arrependimento, correção e instrução igualmente sustentadas sobre a explicitação na forma oral, nomeadamente no momento da confissão. Mais precisamente, a pesquisa visa mapear os diferentes tipos de pecado da língua e as circunstâncias em que comumente ocorrem para buscar compreender os padrões de conduta aceitos ou condenados na sociedade portuguesa do século XV.

Palavras-chave: Pecado. Palavra. Portugal.

Abstract

In the year of 1489, was printed, in the Portuguese city of Chaves, the *Tratado de Confissom*, prepared by an anonymous author. The word concentrate various preaching for start christian in the rudiments of catholic faith starting, especially, the deadly sing, of the senses of the body and of the ten commandments of God' s law. A present research aims to analyze the weight checked, in this treated and other similar, to sins committed orally, know as sins of the tongue, in confrontation with the ways of repentance, correction and instruction equally sustained on the explanation in oral form, particularly at the time of confession. More precisely, the research aims to map the different typos of sin of the tongue and the circumstances in which commonly occur to seek to understand standards of conduct accepted or condemned in 15th century Portuguese society.

Keywords: Sin. Word. Portugal.

¹ Em razão da construção do texto ser baseada em citações, sobretudo diretas, optamos, neste estudo, por modernizar todas as citações das fontes quatrocentistas.

² Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Graduado em História pela mesma instituição. E-mail: eduardo.lima@unesp.br.

Na obra *Tratado de Confissom*, incunábulo impresso em Chaves, no dia 8 de agosto de 1489, é catalogada, à maneira dos tratados de confissão que circularam pelos reinos cristãos entre os séculos XIV e XV, uma série de recomendações sobre os modos do confessor inquirir o fiel durante a confissão. Além da enunciação dos sacramentos e dos pecados, o tratadista versa sobre as variadas recomendações concernentes ao uso da fala e aos pecados da língua. Entre as advertências, estavam aquelas contra todos os que difamam e juram “pelo nome de Deus, de Santa Maria, ou de algum outro Santo em vão” (MACHADO, 2010, p. 20). Em outra altura, ao dissertar sobre o oitavo mandamento da lei de Deus – não darás falso testemunho –, o autor afirma que “a má língua difama seu próximo, e mata a sua alma e daquele que a ouve de boamente” (*Ibid*, p. 53). Lições como essa, em que o uso da palavra apareceu como um dos principais alvos, eram elaboradas por clérigos portugueses que buscavam, à maneira do *Tratado de Confissom*, renovar continuamente as verdades fundamentais da fé cristã.

A preocupação com os pecados da língua tornou-se tão aguda que acabou se convertendo em um dos principais desvios abordados nos tratados teológicos da época. Animadas pelo mesmo espírito, muitas outras obras, à semelhança do *Tratado de Confissom*, reservaram espaço em seus escritos para ensinar o confessor a averiguar os pecados da língua que poderiam ser cometidos por seus penitentes. É o caso do *Sacramental* de Clemente Sánchez de Vercial, impresso em Chaves em 1488, em que o autor assevera, entre outras recomendações, que os pecados da boca são estes:

[...] jurar em falso, jurar muitas vezes, blasfemar, tomar o nome de Deus em vão, contradizer, impugnar a verdade, dizer as horas não com aquela reverência e devoção que se deve dizer, detrair, que é dizer mal do outro, dizer escárnios, mentir, dizer vitupério, maldizer, difamar, contenda, ameaça, contradizer caridade, amor e amorio³, semear discórdia e descobrir segredo, dizer falso testemunho, dar mal conselho, escarnecer, contradizer a obediência, provocar sanha ao próximo, repreender o mal de que poderia ser repreendido, falar coisas vãs, falar muito, falar coisas loucas, dizer palavras ociosas e supérfluas, dar grandes brados, risos vãos, dizer coisas torpes, falar coisas [luxuriosas], cantar cantares desonestos nos cantos da igreja, cantá-los antes por vanglória e não por serviço de Deus, murmurar, ser advogado em pleitos contra justiça (SANCHEZ, 2010, p. 92).

As palavras constituem testemunhos privilegiados dos códigos culturais da sociedade portuguesa quatrocentistas. Mais do que isso, num mundo pouco alfabetizado, as formulações religiosas exerceram uma função pedagógica importante no reconhecimento da própria língua e na estruturação de seus usos. Ademais, a palavra era o principal meio que dispunham os homens para exprimir o que lhes passava no espírito, portanto, os tratadistas quatrocentistas procuravam definir seus variados modos, bons ou maus, distinguindo assim a palavra pecadora da palavra redentora. Desde os séculos iniciais da Idade Média, a palavra tem sido mantida sob vigilância pelos letrados medievais, ainda que a palavra pudesse vir a ser um importante instrumento para a salvação individual (MACEDO, 2003, p. 88-107).

Em razão da crescente compreensão do corpo em lugar privilegiado de expressão do mal e da vergonha, um dos seus orifícios, a boca, mostrou-se

³ "Sentimento de amor; amor breve" . AMORIO. In: MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, vol. I, p. 160.

especialmente perigosa, pois permitia o maior número de intercâmbios com o mundo exterior, já que a palavra, saindo do corpo e tendo tocado a alma, deixava ver os segredos interiores (MADERO, 1992, p. 13). Tal vínculo do pecado ao corpo trouxe como uma de suas consequências a conversão da boca em um grande provedor de injúrias. Como dissera Cristo, segundo o texto bíblico, “por tuas palavras te absolverão, por tuas palavras te condenarão” (BÍBLIA, Mateus 12,37). O próprio Cristo fora condenado a cruz pelas palavras dos judeus que gritavam a Pilatos: “crucifica-o, crucifica-o, então Deus enviou o Espírito Santo a seus apóstolos” (SANCHEZ, 2010, p. 46).

O poder da palavra era reconhecido por estar na base de todas as relações sociais, dependendo dela os pactos e os compromissos pessoais e políticos. Além disso, seu uso estava alicerçado em convenções de caráter oral e em códigos escritos consolidados, pois dependiam dela as orações e louvores a Deus (MACEDO, 2003, p. 88-107). Por esta razão é que o compilador Nicolau de Saxônia (SAXÓNIA, 2011) assevera que o Senhor revelou os segredos das coisas e não das palavras, “[...] porque pela boca se descobre principalmente o coração, de forma que as palavras têm a vantagem e senhorio ante os sinais, pelos quais se pode conhecer os corações” . No mesmo fragmento, argumenta que Deus “julga todas as coisas do coração” segundo o que é dito pela boca, não duvidando da “intenção de que procedem as palavras” . Seu argumento é de que “da abundância do coração fala a boca” , porque o papel desta é apenas lançar fora o que está dentro (BÍBLIA, Mateus, 12, 34). Ou seja, explica que a boca fala do que está preenchido o coração (SAXÓNIA, 2011, p. 435-436):

Por isso, [diz] Crisóstomo: “natural consequência é que, quando dentro há muita malícia, saem de fora palavras más” . Pela qual razão, quando ouvirdes o homem falar coisas astrosas⁴ e desonestas, não penses que têm em si dentro tanta malícia como fala, mas muito maior aquilo que se diz e lança fora, é o sobejo⁵ daquilo que dentro está. A língua turvada ou embargada muitas vezes não pode depressa lançar e falar a maldade, mas o coração, o qual não tem homem algum que possa contra ele testemunhar, sem temor cuida em quantos males quer, e não há cuidado grande, nem empacho⁶ de Deus (SAXÓNIA, 2011, p. 435-436).

Ao lado dos vícios capitais, a atenção dada à palavra e aos perigos que ela propiciava receberam especial ênfase sobretudo com o surgimento de novas formas de piedade leiga, do desencadeamento da intensa atividade pastoral das ordens mendicantes e do desenvolvimento de novas formas de expressão em língua vernácula. Nesse contexto, o cânon XXI – *Omnis utreusquesexus* – do IV Concílio de Latrão (1215) marcou uma importantíssima intensificação dos ensinamentos para reversão dos pecados, através da institucionalização da confissão auricular, que deliberava que todos os fiéis, de ambos os sexos, chegados à idade de discernimento, deveriam confessar todos os seus pecados ao menos uma vez por ano ao padre de sua paróquia.

A prática da confissão, exercida tanto pelos leigos quanto pelos eclesiásticos, configura-se assim como um dos pontos fundamentais da rotina

⁴ “Desditoso: azarento: desventurado” . ASTROSO. In: MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, vol. I, p. 259.

⁵ “Que resta; excessivo: demasiado: muito” . SOBEJO. In: MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, vol. IV, p. 246.

⁶ “Obstáculo: embaraço” . EMPACHO. In: MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, vol. II, p. 224.

religiosa, que se empenhou em moldar a conduta moral dos portugueses do século XV em diversas dioceses. De fato, concomitante à aplicação e difusão da confissão auricular, os séculos XIV e XV experimentaram a expansão de obras pastorais de cunho catequético, que visavam não só a perfeição da confissão como momento de exame dos pecados e culpas, mas também de arrependimento e, conseqüentemente, de acesso à reforma dos costumes, tal como se expressa na bula de convocação do IV Concílio de Latrão feita pelo Papa Inocêncio III:

Este terá como finalidade corrigir os vícios existentes e reforçar os costumes; suprir as heresias e fortalecer a fé; acalmar as discórdias e reafirmar a paz; reprimir a opressão e fomentar e favorecer a liberdade; induzir os príncipes e os povos cristãos a socorrer e apoiar a Terra Santa com a ajuda tanto dos clérigos como dos leigos; e plantear finalmente diversas questões que seria longo enumerar aqui (GARCÍA Y GARCÍA, 2005, p. 88).

Na sua esteira, os manuais de confissão emergem subsidiados pelas determinações sinodais e pelas instruções de bispos e teólogos registradas desde o século XIII, que se destinavam a tratar do correto exercício do ofício sagrado, denunciando a baixa erudição e corrigindo os desvios clericais. Em linhas gerais, a publicação desses livros surge em paralelo aos esforços reformistas de uma parte do clero, secular e regular, atenta aos riscos da indisciplina, da ignorância dos padres e da sua ingerência nos negócios temporais (ANSELMO, 1981, p. 270). Entretanto, os sínodos do primeiro período, realizados nas várias dioceses portuguesas, já denunciavam a ignorância do clero e apresentavam a exigência de conhecimentos mínimos

(MACHADO, 2010, p. 63). Do mesmo modo, os que tivessem cura de almas deveriam saber muito bem os artigos da fé, os sacramentos da Santa Igreja, os mandamentos, as sete obras de misericórdia, os sete pecados mortais e suas respectivas penitências (PEREIRA, 1962, p. 40).

Com a invenção da imprensa, em meados do século XV, os manuais de doutrina cristã começaram a ser difundidos e tornaram-se mais acessíveis (BELINQUETE, 2011, p. 256), sem que se possa dizer que o livro impresso tenha substituído de todo o manuscrito, algo que demorará muito tempo a acontecer (ROSA, 2011, p. 367-401). De fato, um dos primeiros efeitos da imprensa, na segunda metade do século XV, foi a divulgação das obras de piedade popular, tais como os tratados religiosos e de moral prática, que pretendiam atestar a profundidade do sentimento religioso, em paralelo às obras destinadas à celebração do culto, como os breviários e missais. Além disso, a imprensa em geral estimulou o desenvolvimento dos escritos em romance e o progresso destas línguas, que ao longo do século XVI se tornaram definitivamente línguas literárias dos escritos (FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 415-416). Depois de Latrão (1215), mostrou-se necessário dar a conhecer em língua vernácula as novas regras, afixando-as nas paróquias e incluindo avisos que vinham acompanhados de ameaças não apenas de excomunhão, mas também de negação de sepultura eclesiástica (ALMEIDA, 1992, p. 17).

É talvez possível relacionar a difusão das línguas vernáculas e a propagação da imprensa a uma evolução geral da sociedade (CHARTIER, R.; CAVALLO, G., 1999, p. 49). Dessa maneira, o uso do romance em detrimento do

latim permitia aos arcebispos e bispos alcançarem um número maior de interlocutores, sobretudo os clérigos dos campos, que mostravam não conhecer outra língua que não fosse a falada nesses lugares (TEODORO, 2018, 64). Nessas condições, as edições em latim limitaram-se cada vez mais ao círculo restrito dos padres letrados das dioceses, enquanto os livros “em vulgar” passaram a ser escritos de forma muito mais simples, para serem acessíveis a um clero sem instrução e aos poucos fiéis que queriam aprofundar seus conhecimentos (MACHADO, 2010, p. 68).

Em linhas gerais, as concepções teológicas e as transformações institucionais aqui mencionadas vão incentivar novas classificações do pecado. O amplo leque de temas abarcados na produção escrita desses tratados impressos do século XV incluía, portanto, pecados carnavais e espirituais; pecados cometidos contra Deus, contra o próximo e contra si mesmo; pecados de pensamento, palavras e obras; pecados contra os mandamentos e contra os setenários. Ilustram, pois, tais textos, uma verdadeira renovação teológica, que resultou, tanto no que se refere à própria confissão, quanto à matéria geral dos pecados, em um número significativo de escritos.

Em linhas gerais, neste trabalho, o caminho a ser seguido, em um primeiro momento, será o de examinar e mapear as restrições prescritas aos fiéis acerca dos maus usos da palavra, averiguando as recomendações, bem como as circunstâncias desses pecados que influenciavam na formação religiosa dos crentes deste período. Dessa forma, ao analisar as recomendações sob essa perspectiva das palavras mal ditas nesses primeiros documentos impressos, a

presente pesquisa propõe não apenas analisar a inserção dos incunábulos nas reformas clericais da Igreja portuguesa, mas interrogar em que medida a recorrência aos pecados da língua foram importantes para estabelecer padrões de conduta na sociedade portuguesa do século XV.

Circunstâncias do mau uso da palavra

O século dos pecados da língua é também o século das circunstâncias da palavra, isto é, concomitantemente à frequente preocupação com o uso impróprio da palavra, se estabelecem as condições pelas quais o pecador poderia cometer o pecado da palavra, para que assim fosse “medicado” pelo padre através das penitencias, caso se aceitasse o remédio. Nas palavras do próprio autor anônimo do *Tratado de Confissom*, todo fiel “[...] deve confessar as circunstâncias dos pecados, aos quais os fazem grandes ou mais pequenos” (MACHADO, 2010, p. 35). Dito de outro modo, o confessor deveria avaliar todas as ações humanas nos diversos ângulos, considerando todas as circunstâncias em que determinada ação, palavra ou pensamento específico ocorreu, pois as circunstâncias eram usadas para definir e medir o ato moral, com o intuito de penetrar na natureza e gravidade dos pecados. Não há tratado sobre a confissão escrito nesse período que não preconize em que medida as circunstâncias contribuíram para definir o que é bom ou mau na ação humana (CASAGRANDE; VECCHIO, 2007, p. 67). Em linhas gerais, as circunstâncias poderiam indicar se o pecado era mortal ou venial, pois a origem de um determinado pecado determinava sua inclinação para um fim, ou seja, o destino da alma após a morte

(BAIKA, 2006, p. 48). Assim, a exemplo do *Sacramental*, aquele que tomado pela ira, chamasse o próximo de louco seria castigado nas penas do inferno, porque “assim como cresce a gravidade do pecado, cresce a penalidade dela” (SANCHEZ, 2010, p. 86).

Em outra altura, ao explicitar “a confissão geral que deve ser feita a todas as pessoas” , o tratadista recomenda que o fiel deve confessar, entre outros pecados, quando “não [se] confessando bem, nem amiúde, nem com contrição, nem puramente todos os [seus] pecados e maldades, nem dizendo as circunstâncias deles como os fazia, nem como, nem por guisa⁷, em que lugar, nem em que tempo” (MACHADO, 2010, p. 2). Assim, o penitente deve examinar a sua consciência ou o confessor deve perguntar minuciosamente sobre seus pecados e suas circunstâncias, abrangendo todos os aspectos da vida humana, aconselhando o confessor a analisar os pecados do penitente, de forma rigorosa, perguntando quem pegou, como, quando, com quem e por quê. Dessa maneira, a atividade pastoral pretendia analisar numerosas formas e graus de gravidade dos pecados, para os quais eram elaboradas penitências e remédios particulares (CASAGRANDE; VECCHIO, 2007, p. 29), a exemplo do *Sacramental*, o tratadista recomenda que

[...] contra a ira há estes remédios: O primeiro, guardar silêncio, calar e não falar. E por isso diz Salomão: quando falecer a língua, matar-se-á o fogo. E assim como do ferro e da pedra, que são dois corpos, ferindo um com outro sai fogo, e assim das palavras ásperas e duras dos

⁷ “Maneira: forma; modo” . GUIA. In: MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, vol. II, p. 553.

homens sai ira. Por isso diz Salomão nos Provérbios (BÍBLIA, Provérbios, 15, 1-2): “a resposta boa quebranta” (SANCHEZ, 2010, p. 87-88).

De maneira didática, os manuais de confissão ensinavam como administrar e como receber o sacramento da penitência, descendo a pormenores e exemplos que revelavam a preocupação em classificar, distinguir e tornar mais visíveis as soluções para cada caso (FERNANDES, 1990, p. 63), para guiar tanto o confessor quanto o penitente no dificultoso interrogatório da confissão e no exame de consciência acerca das faltas cometidas. À semelhança do *Tratado de Confissom*, por exemplo, o letrado chama a atenção para os desvios decorrentes do “quinto mandamento” – não matarás –, ao ensinar que existem duas maneiras específicas que podem levar o fiel a ferir o mandamento da lei de Deus, “por palavra e por feito. Por palavra, comete-se de três maneiras, por mandamento, por conselho e por defesa⁸” . Por mandamento, acontecia quando os fiéis eram tomados pela sanha, “ora seja com razão, ora sem razão” , mandam que seus criados façam mal ou matem seu próximo. Neste caso, peca mais gravemente aquele que manda do que aquele que faz, mas o letrado recomenda que o servo não obedeça a seu senhor em “coisa que seja pecado e que seja contra sua alma” , para que não desrespeitasse o mandamento maior, o “do Senhor dos senhores” . Por conselho, o homicídio era cometido quando o “falso amigo” dá conselhos de vingança, o que “não é para nenhum homem consentir” , porque este é falso amigo, ao colocar o

⁸ “Defender: proteger” . DEFENSAR. In: MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, vol. II, p. 41.

outro sob risco corporal, de perder seus bens “por mal aconselhamento” e pior, fazer “morada com os diabos para sempre” . Por fim, por defesa comete-se homicídio quando os cavaleiros, senhores e poderosos defendem o mal, ao defenderem seus criados dos malefícios que eles mesmos procuraram por isso: “tais senhores, são homicidas e nunca verão o reino de Deus” (MACHADO, 2010, p. 47).

Quanto aos desvios por descumprimento do segundo mandamento – não tomarás o nome de Deus em vão –, o autor do fragmento adverte os fiéis que fazem juramentos. Entre as “muitas maneiras” , uma das que descreve é o juramento lícito e bom, aquele em que o homem jura pelos santos “mandamentos da santa igreja” ou jura que não fará mal, ou jura “a verdade quando é trazido por testemunha” . Tais juramentos, entretanto, mesmo que lícitos, se não fossem guardados, transformar-se-iam em pecado (MACHADO, 2010, p. 47). Em contrapartida, o que fosse feito “contra as leis, ou contra os cânones, ou contra os bons costumes não devia guardar, tal como jurar não fazer bem, jurar não ser obediente ao pai ou à mãe ou ao seu superior” (MACHADO, 2010, p. 41). Alertava também o tratado para o risco de, despercebidamente, alguns fiéis manterem entre seus costumes o pernicioso hábito de a “cada hora que falam” , jurar por Deus e por Santa Maria, pelos seus santos e pela fé. Esses, previne o tratadista, não seriam salvos, porque não tinham temor de Deus, ou se tinham não era o suficiente, por isso, diz Salomão, “não acostume tal boca a jurar” (MACHADO, 2010, p. 41). Nem se faça

“reverência falando corruptamente nas coisas mundanas e sujas e torpes,⁹ as quais não são para nomear” (MACHADO, 2010, p. 41).

Outro vício corrente e cotidiano apontado nos tratados pastorais são os pecados associados ao falso testemunho, frequentemente relacionados ao oitavo mandamento da lei de Deus – não dirás testemunho falso. Nesse sentido, Clemente Sánchez de Vercial, autor do *Sacramental*, ensina que o invejoso diz e murmura “mal e escondidamente daquele de que há inveja” (SANCHEZ , 2010, p. 83), de outra maneira, há também aqueles que tratam e dizem mal do outro em praça, “pelo que o invejoso diz mal daquele de que tem inveja diante de muitos com intenção [de] que os que ouvirem entendam ser ele melhor que ele” (SANCHEZ , 2010, p. 83). Nessas circunstâncias, em outra altura, o mesmo letrado assegura que o pecador que diz mal e difama o outro “morto está na consciência daquele que ouve o maldizente, na qual vivia primeiro por boa fama” (SANCHEZ , 2010, p. 69), ou seja, aquele que ouve a difamação do próximo passa a condená-lo também na sua consciência.

Em linhas gerais, as numerosas classificações produziram, sobretudo na literatura relativa à confissão, certa intersecção entre os sentidos do corpo e as diferentes modalidades de conjunto dos pecados (CASAGRANDE; VECCHIO, 2003, p. 346), tais como os dez mandamentos da lei de Deus, os pecados mortais e veniais. De fato, as diferentes associações entre os vícios e pecados

⁹ “Vergonhoso: ignóbil: indigno: desonesto. TORPE. In: MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, vol. IV, p. 355.

da palavra trazem à luz relações de causa e efeito ou dependência mútua, por isso o pecado da blasfêmia frequentemente é uma consequência do pecado da ira: “se por ira disse mal de Deus ou dos seus santos” (MACHADO, 2010, p. 19). Bem como, o pecado da mentira é resultado da avareza, porque “esta se faz em presença por palavras enganosas e indutivas, para fazer dano ao outro [em] proveito de si” (SANCHEZ, 2010, p. 80). Dessa maneira, o pecado da gula poderia mover o fiel a dizer “palavras vãs e loucas, falar muito e dizer mal e vitupérios e outras palavras vãs” (SANCHEZ, 2010, p. 85). Analogamente, o impressor anônimo do *Tratado de Confissom* chama a atenção para os fiéis que muito comem e bebem, induzindo ao pecado da luxúria, ou a confusão, ou a desordenados prazeres ou cantares e bailares, ou daqueles que dizem “palavras torpes e sujas e tomam prazer com elas” (MACHADO, 2010, p. 36).

Nesse contexto, o compilador do *Sacramental* ensina que se peca mutuamente por luxúria e pela boca, quando se induz alguns homens e mulheres à luxúria por palavras desonestas e contra a castidade, enganando as mulheres por palavras falsas e prometimentos, elevando-se por cantares “amorosos ou por palavras doces e por ‘jograrias¹⁰’ ”, além de afagos e palavras mentirosas (MACHADO, 2010, p. 249). Do mesmo modo, o pecador, ao mesmo tempo, pode fazer

conspirações, conjurações e ajuntamentos: segue de boamente a malquerença, maldiz e inveja, de boa vontade olham as coisas vãs, não

¹⁰ “Indivíduo que cantava, dançava e fazia truanices; saltimbanco.” JOGRAL. In: MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, vol. IV, p. 69.

refreia a língua, [falam] o que lhes vem a vontade dos luxuriosos sem vergonha, falam e usam as companhias das mulheres. São desobedientes e soberbos, louvam-se, não curam de doutrina nem de rezar nem de dizer as horas e os ofícios divinos a quem são obrigados (SANCHEZ, 2010, p. 275).

Como pode-se perceber, as formas da vida cotidiana eram objeto de frequente cuidado. Assim, ao avançar de uma prescrição à outra, se ordenavam comportamentos e ações que poderiam incorrer no pecado da palavra. Nessa esteira, Ludolfo de Saxônia (1300-1377), compilador do tratado *Vita Christi* – impresso em Lisboa em 1495, por Valentino de Morávia e Nicolau de Saxónia – , recomenda no capítulo X da obra, intitulado “Da circuncisão do senhor” , que devemos ainda ser circuncisos na língua de palavras torpes, de maldizer e de mentirosas sandices e supérfluas, porque de toda palavra, ainda que por ignorância seja dita, e do mais pequeno pensamento que pensamos, devemos dar conta no dia do juízo final. Assim, recomendava ainda que os fiéis devíamos ser circuncisos “de todo os sentidos e membros do corpo, refreando-os de todas as coisas defesas e ilícitas: cavidar¹¹ e fazendo abstinência de todos os delitos e superfluidades” (SAXÓNIA, 2011, p. 123-124). A exemplo disso, nos *Evangelhos e Epístolas com suas Exposições em Romance*, o letrado ensina aos pais e às mães quanto à forma de castigar seus filhos, sem usar “palavras más e vergonhosas” , antes castigando seus meninos “com mansidão” , para livrarem a almas de seus filhos do inferno (MACHADO, 2008, p. 43).

¹¹ “Acautelar; precaver” . CAVIDAR. In: MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, vol. IV, p. 384.

Além disso, na sociedade medieval, o corpo e o espírito se misturavam indissolúvelmente com a palavra. O cristianismo converteu o corpo em lugar de autonomia do pecado, impossível de controlar, assim, a alma pura do fiel católico não poderia habitar um corpo enfermo, cheio de pecados. O controle dos orifícios corporais, sobretudo da boca, constitui uma recorrente prescrição religiosa. Nas palavras de São Tiago, colocam-se freios na boca dos cavalos para que obedeçam e então se consiga dirigir todo o seu corpo. A língua pecaminosa é um pequeno membro, porém, gaba-se de grandes coisas: “Vede quão grande bosque um tão pequeno fogo incendeia [...] qual mundo de iniquidade, colocada entre os nossos membros, contamina todo o corpo, e inflama o curso da natureza, sendo por sua vez inflamada pelo inferno” (BÍBLIA, Tiago, 3, 3-18). Na esteira do *Tratado de Confissão*, o autor recomenda, no terceiro mandamento da lei de Deus – santifica o dia do sábado – que se guarde as orelhas e que não se ouça o que não convêm, porque diz Salomão:

Cerra as tuas orelhas com espinhas para que não ouças as más palavras e as línguas enganosas, assim como nós queremos guardar os nossos corpos das espinhas e das outras coisas que chegam assim, as más palavras ensujam¹² e matam a alma daqueles que as dizem e daqueles que as ouvem de boamente (MACHADO, 2010, p. 43).

Desde a origem, a Igreja exprimiu e transmitiu a sua própria fé em fórmulas breves e normativas para todos os fiéis (BELINQUETE, 2011, p. 165). Encarregando-se do mundo material, a Igreja pretendia transformá-lo em uma

¹² “Tornar sujo” . ENÇUJAR. In: MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, vol. II, p. 255.

realidade espiritual, espiritualizando o corporal e promovendo a ascensão dos pecados até seu destino celeste. Assim, a Igreja oferece ao homem carnal, nascido da mancha do pecado, a graça divina e a promessa do paraíso celeste (BELINQUETE, 2011, p. 165), sobretudo através do ritual da penitência. Para tanto, requer jejum e “aflição” do corpo, porque a morte entra nas almas pelas frestas dos sentidos. Adverte, por isso, que aos fiéis,

acontece britarem ou relaxarem a abstinência e a aflição do corpo e, porém, busquem apartamento¹³ [e] se queres ser chegado a Deus por pureza de coração fuja das palavras e falamentos. E [para que] possas guardar o calar, cesse algumas vezes de dizer algumas coisas que poderias bem falar, segundo aquele profeta que diz: “fiz-me mudo e foi abaixado e calei-me de falar algumas coisas boas. Nem busquem amizades porque seguem-se delas novas histórias e falamentos e fuja de todas cousas que torvam o sossego e folgança da vontade [...] (SAXÓNIA, 2011, p. 252).

Modalidades dos pecados da palavra e a quem se dirigem

Os tratados para a pregação abarcavam genealogias cada vez mais complexas sobre os pecados da língua, entre os quais a blasfêmia, o falso testemunho, a mentira, a murmuração e o juramento, ora direcionados ao próximo, a si mesmo ou a Deus, seus santos e à Virgem Maria. Os cristãos eram advertidos a evitar determinadas situações que violassem a doutrina e moral cristãs e, entre as advertências, estavam aquelas contra: os “murmuradores” ; os que “dizem palavras injuriosas” ; os que corrompem “a boa fama do

¹³ “Ato ou efeito de apartar: separação: afastamento” . APARTAMENTO. In: MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, vol. I, p. 186.

outro” ; o que “por ira disse mal de Deus ou dos seus santos” ou disse “o nome de Deus em vão” ; por fim, aquele que, “estando na igreja, disse palavras ociosas e vãs” ou jurou pelos “Santos Evangelhos” (MACHADO, 2010). Tais repreensões procuravam estimular, em um primeiro momento, um exame de consciência, cujo objetivo era determinar o lugar do homem no caminho que o traz de volta à sua verdadeira natureza, a partir de seus avanços e recuos na restauração da imagem divina (GILSON, 2006, p. 289).

É o que faz o *Sacramental*, em que o autor ensina, entre outras recomendações, qual a “maneira como o homem deve se confessar” , quando peca por soberba da boca, louvando-se dos bens que havia feito ou mentindo dos que não havia feito. Adverte que, endurecido, defende o mal que havia feito por palavras presuntuosas e vãs, louvando-se por ter feito alguma coisa que não fez ou por saber o que não sabia, ou ter algum bem que não tinha, e com soberba diz palavras de escárnio e de vitupério¹⁴ a outros, e a outros disse palavras de ameaças e louvor a si mesmo, “falsamente de ciência e de riquezas e nobreza de linhagem e de riquezas e de parentes” . E nestas coisas e semelhantes, em público e escondido, buscou ocasião para que o louvassem. Algumas vezes por amizade que havia com eles mais do que neles havia e, por fim, ainda “[blasfemou] dos santos e disse mal [dos] seus milagres” (SANCHEZ, 2010, p. 247).

¹⁴ “Ultraje: ofensa: agravo” . VITUPÉRIO. In: MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, vol. I, p, 461.

Como podemos perceber, a Igreja quis recolher o essencial da fé em resumos articulados como esses. No que tange mais especificamente à blasfêmia, ela foi tida como um ato afrontoso à honra de Deus, injuriando-o por palavras ou por atos. Nas palavras de São Tomás de Aquino, “blasfemar é assacar uma injúria ou um insulto contra o Criador, implicando antes malevolência contra Deus, que infidelidade” (AQUINO, 2006, p. 1817). Ocorre, igualmente, “quando alguém jura pelo coração, ou pelo corpo de Deus, ou por algum membro, ou o faz não [fazendo] reverência a Deus, assim como [os] que juram pelas chagas de Jesus Cristo, ainda que jure a verdade, peca mortal e gravemente” (SANCHEZ, 2010, p. 65). A blasfêmia, pois, configurava-se, sobretudo, como um desrespeito ao segundo mandamento – não tomarás o nome de Deus em vão. Deus, “que é a verdade sobre todas [as] coisas” , é nomeado sem uma razão justificada (SANCHEZ, 2010, p. 65).

Pior do que o perjúrio, do que a heresia, ou do que o homicídio, a blasfêmia prejudicava diretamente a Deus e não o próximo, agravada por envolver todas as circunstâncias do pecado, ainda que o *Tratado de Confissão* limite-se a filiá-la, sobretudo, ao pecado da ira. Assim, a blasfêmia é um dos frutos gerados do pecado da ira, porque quando “nasce necessidade e míngua de justiça” , decorrem as plagas e estas estimulam “as blasfêmias e o ódio e soberba de coração e brados desordenados e desobediência de todas as coisas” (MACHADO, 2010, p. 36). Em contrapartida, os *Evangelhos e epístolas com suas exposições em romance* revelam que a resposta graciosa quebranta a ira e a palavra pesada desperta a sanha, porque quem em seu devido tempo

e lugar graciosamente fala com a língua mansa e suave para com o próximo e atenta na oração para Deus é capaz de amansar sua ira (MACHADO, 2008, p. 313-314).

No caso de discursos blasfematórios e heréticos, asseveram os tratadistas, especialmente, contra os juramentos feitos em nome de Deus ou de Santa Maria ou de algum outro santo em vão (MACHADO, 2008, p. 20). Ludolfo de Saxônia recomenda que não se deve dizer ou fazer juramento em nome de Deus, nem pelas criaturas, porque qualquer criatura é obra divinal, logo aquele que jura pelas criaturas, jura por Deus (SAXÓNIA, 2011, p. 357). Do mesmo modo, pode-se blasfemar contra Deus, falando mal do próximo, fazendo-lhe muitas injúrias ou contra si mesmo (SANCHEZ, 2010, p. 260). No Novo Testamento, podemos encontrar uma extensão do seu significado, já que Deus também pode ser blasfemado por meio de seus representantes. É o caso de Moisés (BÍBLIA, Atos 6, 11), Paulo (*Ibid.*, Romanos 3, 8), ou acerca do próprio Cristo em seu ministério de perdão (*Ibid.*, Marcos 14, 61-64) ou no Calvário (*Ibid.*, Mateus 27, 39-40), visto que esses representantes detêm a própria verdade de Deus. Por isso, é proposto que são de Deus aqueles que creem em Deus “direitamente” e guardam seus mandamentos, ouvindo as palavras de Deus com prazer, pois “aquele que ama Deus de boa vontade, ouve falar dele” (MACHADO, 2008, p. 69).

Nos *Evangelhos e Epístolas com suas Exposições em Romance*, impresso pela primeira vez no Porto, em 1497, por Rodrigo Alvares, a partir de uma versão castelhana, o compilador da obra assevera que há de notar que existem três

maneiras de o homem blasfemar contra Deus. Primeiramente, quando maldizem “alguma coisa que é atribuída a Deus” . Em segundo lugar, quando é tirado de Deus o que lhe é próprio e irrefutável, como quando se diz que Ele não é “todo poderoso, misericordioso, justo, e outras coisas tais” . Por fim, quando alguém atribui a si próprio o que é próprio de Deus, como “perdoar pecados e sarar” ; o próprio Cristo foi acusado de blasfêmia pelos fariseus, por atribuir a si próprio o poder miraculoso que era de Deus pai, quando perdoou os pecados dizendo: “perdoados são teus pecados” (MACHADO, 2008, p. 142). Em outra altura, o tratado ensina que, por palavras, não ousem desprezar o que é de Deus, já que blasfemar também é atribuir às criaturas o que é próprio de Deus, como perdoar os pecados, pois os fariseus negam a Deus, se fazendo puro homem, enquanto que “só a Deus pertence conhecer os pensamentos dos homens” .

No que tange ao murmúrio, o compilador do *Tratado de Confissom* considera que o fiel deve se confessar quando tiver rido, escarnecido, arremedado, murmurado, profanado, repreendido e maldito os outros de uma forma que não desejava para si mesmo (MACHADO, 2010, p. 23). Ensejado por outros pecados da palavra, o autor do mesmo fragmento discorre, ainda, que “peca aquele que murmura sobre a vida do próximo e não murmura sobre os seus próprios maus feitos, fazendo muitas vezes da verdade mentira e da mentira verdade” (*Ibid.*, p. 23). Neste contexto, os *Evangelhos e Epístolas* recomendam que os fiéis não murmurem nas tribulações e doenças, mas se encham da graça de Deus, como o copo cheio sem míngua. A exemplo dos

apóstolos que nas doenças não dirigem maldades a Deus, como mostra o capítulo 10 do Evangelho de Mateus: “Eis que eu vos envio como cordeiros em meio de lobos” (BÍBLIA, Mateus 10, 16). Ou seja, mesmo que os apóstolos fossem perseguidos, eles continuaram a exaltar o nome do Senhor e não murmuraram contra Ele.

Semelhante ao sussurro, o murmúrio é uma manifestação de desrespeito e ingratidão a Deus, cuja bondade e generosidade reprova as lamentações injustas (CASAGRANDE; VECCHIO, 2007, p. 184). A murmuração, frequentemente, configura-se como reivindicação e protesto a Deus, como quando por algumas tribulações e açoites, alguém por seus pecados, “menospreza a obediência dos prelados da igreja” e do pai e da mãe e dos superiores a quem deveria obedecer. E, ao contrário, “cobiça louvação e lamenta que não é louvado” (SANCHEZ, 2010, p. 247). Do mesmo modo que o fiel, levado por grande tristeza e rancor, “cobiça a morte e tem nojo de todo o bem, porque não houve paciência nos males, mas houve soberba no que era bom, então começou a murmurar contra Deus” (*Ibid.*, p. 253).

O falso testemunho foi um pecado expressamente proibido pelo Decálogo. Sobre a falsidade ou juramento de testemunho falso, diz Salomão: “Os que juram testemunho falso não ficarão nenhum sem sua pena [...]” (MACHADO, 2010, p. 41). A mentira e o perjúrio e o falso testemunho delimitam um espaço comum e inseparável desta tríade discursiva, assim, aquele que

semeia discórdias entre os irmãos e fala maldade no muito alto arrenegado¹⁵ é tirado morto pela porta da boca (SAXÓNIA, 2011, p. 470), isto é, a boca é a porta pela qual o fiel pode perder a sua alma, e então se condenar a morte eterna, devido ao uso impróprio das palavras. Segundo Tomás de Aquino, os pecados por palavras deviam ser julgados, sobretudo, conforme a intenção de quem as pronunciou, assim como a detração visava diminuir a reputação de outra pessoa, era igualmente grave privá-la da sua boa reputação, pois a falta de reputação era empecilho para praticar o bem (AQUINO, 2006, p. 2200). Dito de outro modo, sendo a boca do homem um espelho da boca de Cristo, não podia ser aberta para maldizer ou para mentir e falar palavras ociosas, antes devia estar “aparelhada para falar louvores a Deus e proveito do próximo” , assim devem estar os outros membros do corpo, sempre postos a guarda (SAXÓNIA, 2011, p. 347). Dessa maneira, deve-se atribuir todas as coisas a Deus, e nenhuma coisa a si próprio com palavras injuriosas, mas dizendo o bem com palavras doces e pacíficas, porque são chamados à fé de Cristo. Sobre isso, ensinara o apóstolo Mateus aos que difamavam o próximo:

[...] “o reino dos céus não se dá aos maldizentes” . Porém diz o apóstolo: nem os maldizentes nem os roubadores possuirão o reino de Deus (amar a vida) eterno [...] Porém diz o apóstolo na [carta] aos Coríntios (BÍBLIA, Coríntios 15, 33): “O mal falar corrompe os bons costumes (e sua boca que não fale engano), mal é o segredo enganado ao próximo (mas aparte-se do mal) na obra (e obre bem) que estas são

¹⁵ “O mesmo que renegado: o que renegou ou abjurou” . ARRENEGADO. In: MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, vol. I, p. 228.

duas partes de justiça (busque a paz) com o próximo ainda injurioso (MACHADO, 2008, p. 247).

Em outra altura, o letrado anônimo do *Tratado de Confissom*, assevera, no oitavo mandamento da lei de Deus – não dirás testemunho falso –, que a exemplo de Jesus Cristo, que era muito bom e não havia nele engano nenhum, não cessassem os invejosos e fariseus de assacarem contra ele falsos testemunhos. Outros infligem testemunhos falsos por más línguas maliciosas, e a língua destes é mais peçonhenta que a da serpente. Como a serpente, ensejam com veneno o ar e matam o homem da terra, assim, a má língua difama o seu próximo e mata a sua alma e a daquele que a ouve de boamente, por que diz Santo Ambrósio,

[...] não será maldizente se não fosse mal ouvinte. E diz Santo Ambrósio que pior é a língua do maldizente que vibra e é mais peçonhenta, porque diz que a má língua mata a sua alma e daquele que a ouve e daquele que diz. E este mesmo doutor, diz que não [se] receie de dizer que tal língua como está é pior que a lança com que o corpo de Jesus Cristo foi alanceado, visto que esta mata o corpo que tem alma e a lança de Jesus Cristo ferindo o corpo e a alma. E destas línguas tais que maliciosamente assacam¹⁶ falsos testemunhos, diz o apóstolo São Tiago que toda natureza de bestas maliciosas se pode amansar, mas a língua do homem não pode amansar nenhuma e este é um mal sem folgança¹⁷. E diz ele: com a língua bendizemos a Deus e maldizemos ao próximo e assim diz ele que da boca do homem sai bendizer e maldizer, qual é a fonte que por um buraco [sai] de si água doce e amargosa (MACHADO, 2010, p. 53-54).

¹⁶ “Caluniar: imputar calúnias” . ASSACAR. In: MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, vol. I, p. 241.

¹⁷ “Folguedo: divertimento; prazer; alegria” . FOLGANÇA. In: MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, vol. II, p. 497.

Segundo o *Sacramental*, por este mandamento – não dirás falso testemunho contra teu próximo – se defende toda a maneira que o pecado da mentira pode acometer o fiel. Santo Agostinho definiu três maneiras: a primeira, quando se mente por piedade, assim como quando o fiel defende o próximo das coisas temporais, negando que não sabia, ainda que soubesse a verdade para defender a vida, para guardar a castidade do próximo, impedir que o próximo seja roubado ou morto; a segunda, quando se peca por vontade de mentir, ou para dar prazer aos que ouvem; por fim, a terceira maneira é perniciosa¹⁸, por que se mente com a intenção de matar. A primeira maneira, segundo santo Agostinho, é pouca culpa, na segunda maneira mediana e na terceira maneira é grande culpa e pecado mortal, por isso, não se deve calar a verdade em tempo de necessidade, “porque a causa e oportunidade, faz com que o calar não seja lícito nem honesto” (SANCHEZ, 2010, p. 71).

Da mesma forma que os outros pecados da palavra, a mentira, cuja natureza viciosa é odiada por Deus, distorce voluntariamente as imagens da verdade e perturba a ordem finalista de toda criação. Essencialmente, a mentira é a declaração daquilo que se sabe ser uma falsidade, que tem a intenção de enganar. A importância desse tipo de pecado, o pecado pronunciado da mentira, é explicada por terem sido o veneno e a fala as bases do pecado original, quando, no jardim do Éden, a mentira da serpente levou à perdição de Adão e Eva; resultando, assim, na identificação deste como o primeiro pecado

¹⁸ “Funesto: perigoso; nocivo” . PERNICIOSO. In: MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, vol. III, p. 459.

da língua (LANGUN, 2016, p. 162). Ora, “faz traição e maldade aquele que não diz livremente a verdade à qual convêm ser dita sem receio” (SAXÓNIA, 2011, p. 540). Bem como, aquele que não defende a verdade a ser livremente defendida, além de não ser seu divulgador, é covarde, pois não a diz por temor de risco ao seu corpo, cala e deixa de a dizer (*Ibid.*, p. 540). Desse modo, a mentira é em si mesma um mal e deve ser evitada, ao passo que a verdade é boa e digna de louvores (AQUINO, 2006, p. 2429). Portanto, deve-se condenar os palreiros¹⁹ sem consciência, que dizem muitas palavras desonestas e mentirosas “que não dão testemunho ou conselho verdadeiro ao que se lhes confessa nem o acusam verdadeiramente por graça ou por inveja ou por alguma coisa que lhe dão (SANCHEZ, 2010, p. 275-276). Desse modo, não há falsidade em Deus, mas no Diabo que é “pai da mentira” e sua palavra manifesta mentira (BÍBLIA, João 8, 44), os quais guardaram a palavra de Deus, que é de maior virtude que a própria fala, que se mostra mentirosa, nunca provará condenação eterna (MACHADO, 2008, p. 70).

Em outra altura, o compilador dos *Evangelhos e Epístolas com suas Exposições em Romance* aconselha que “não amemos de palavra nem de língua, mas com obra e verdade” . Assim como “Cristo Nosso Senhor” , criado segundo Deus e concebido pelo Espírito Santo no ventre da Virgem Maria e dela nascido, por obra e por boca, não houve obras vãs nem mentira alguma

¹⁹ “Que ou aquele que fala demais; palrador; maldizente: mexeriqueiro; tagarela” . PALREIRO. In: MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, vol. III, p. 383.

ou hipocrisia. Além disso, “não fez pecado: nem se achou engano na sua boca (deixado a mentira) pelo qual o próximo é enganado (falai a verdade), com a qual os homens vivem bem com seu próximo (que membros somos uns dos outros)” (*Ibid.*, p. 273). Dessa forma, nenhum membro engana o outro membro, nem mesmo ao corpo, “mas até se dói e ajuda o outro, de maneira que a boca serve a cabeça, e os olhos servem os pés, e assim os outros membros corrigem os que pecam” (*Ibid.*, p. 273).

Em outra altura, aconselha as virgens para que confessem pelo nome de Deus salvador, livrando o corpo da perdição e do laço da má língua e dos beijos que dizem mentira, em seguida, alerta os santos padres de língua “ençujada” , que descem ao limbo de chocarrerias²⁰ e velhacarias, onde o diabo é rei sobre todos os filhos da soberba, sobretudo da injusta língua, que difama os outros sem causa (*Ibid.*, p. 322). A estes pecadores que enganam, como os mercadores e aqueles que compram e vendem mentindo, diz o profeta Davi: Não subirá no monte do Senhor nem estará na sua santa ceia o que jurar ao seu próximo engano” (MACHADO, 2010, p. 41). Além dessas lições, o compilador do *Evangelhos e Epistolas* recomenda que os católicos se guardem com diligência dos falsos e maus profetas,

os quais de palavra confessam a Deus, e com as obras o negam, pois diz (guardai os falsos profetas), corra dos enganadores heréticos: hipócritas e maus cristãos e semelhantes, e isso por que estais com sua vida corrupta e maus costumes, não incline os católicos ao mal, e assinaladamente os admoestem a guardar-se dos hipócritas dizendo

²⁰ “Obscenidade; zombaria” . CHOCARRERIA. In: MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, vol. I, p. 411.

(que vê a vós outros em vestiduras de ovelhas) fingindo santidade de fora (e de dentro são lobos, etc.) visto que de dentro são cheios de mal, fingimento santidade de fora vã glória e louvor mundano e por alguns bens do dano alheio (os frutos deles) [...] (MACHADO, 2008, p. 118).

Sempre prestes a pecar, a língua era considerada uma parte do corpo difícil de controlar. Numa sociedade gerida pela palavra dada, o perjúrio, no duplo sentido de jurar falsamente ou quebrar um juramento estava sujeito a penas pesadíssimas (ESPÍRITO SANTO, 2005, p. 309). Por esta razão, o letrado Ludolfo de Saxônia assevera que Deus ordenou que seus fiéis fossem verdadeiros em todas as palavras, para que não falassem com juramento. Assim, a causa e a razão de todo o juramento é que todo aquele que jura, jura dizer a verdade, e porque Deus não quer que aja diferença entre o juramento e nossa fala: “assim como no juramento não convêm que seja alguma coisa de perfia²¹, assim na fala nossa e nossas palavras não deve haver mentira alguma [...]” (SAXÓNIA, 2011, p. 355-356). Por isso, não deve haver diferença “entre aquilo que afirmares e aquilo que jurastes. E sei certo que onde quer que se trate da verdade, logo se trata a lei da fé e da religião dos cristãos” (*Ibid.*, p. 355-356).

Assim como não se deve fazer juramento por Deus, atenção especial é dada ao juramento feito pelas criaturas de Deus, “pois a qualquer criatura é obra divinal” (*Ibid.*, p. 357), logo aquele que jura por alguma criatura, jura por Deus. Além disso, jurar pelas criaturas é atentar contra a honra à qual devemos

²¹ “O mesmo que porfia: contenda; discussão; disputa” . PERFIA. In: MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, vol. I, p. 453.

fazer somente a Deus. Do mesmo modo, os fiéis juram pelas coisas consagradas, como a cruz, os evangelhos e as relíquias dos santos, porém, Deus foi o autor de todo bem que a eles foi dado. Assim, “seja a vossa palavra sim sim e não não, afirmando simplesmente a verdade e negando a falsidade” (*Ibid.*, p. 357). Por isso, não se pode amar por palavra nem por língua, porque por palavra se ama aquele que não paga o que promete, mas deve o fiel pagar o que prometeu, com obra e dádiva de benefício e verdade, fazendo prazeres com o simples propósito de agradar a Deus, não por vã glória nem por ganho temporal (MACHADO, 2008, p. 254).

Em linhas gerais, na maior parte das vezes, os manuais religiosos para uso dos clérigos com cura das almas não identificavam no mal uso da palavra um pecado isolado, preferindo enquadrar os pecados da língua nas manifestações de soberba, assim como se fez ou disse alguma coisa para haver louvor dos homens; ou se jurou por outro e não de si mesmo; de acídia, quando se calou mais que cumpria, se prometeu algumas coisas que não deu ou se, estando na igreja, falou palavras ociosas e vãs; se, por avareza, jurou pelos Santos Evangelhos ou por outro modo, ou se deu falso testemunho; se tomado pela ira, “murmurastes ou escarnecestes” , se deu testemunho contra seu próximo para fazê-lo condenar ou se deu conselho a alguém para que fizesse mal a seu próximo; se por inveja, deu conselho ou por palavra ou por obra ainda por outro qualquer modo se trabalhou de corromper a boa fama do outro (MACHADO, 2010, p. 28). Ao fazê-lo, procuravam estabelecer os múltiplos modos, bons e maus, lícitos e ilícitos da palavra, distinguindo a palavra pecadora

da palavra redentora. Em suma, todos os fiéis deveriam estar concordados²² em oração, se comportando com amores da irmandade, misericordiosos e humildes,

[...] não tomando mal pelo mal, nem mal falando por mal falar, mas pelo contrário, dizendo bem, que para isso sois chamados para possuíres a benção de Deus em [herança], que o que quer amar a vida e viver longos dias refreie a língua do mal e sua boca que não fale engano: e aparta-se do mal e obre bem, e busque a paz [...]. (MACHADO, 2008, p. 256).

Criada por Deus com o mundo, veiculada por ele e recebida pelo fiel, a palavra devia, como propuseram os primeiros escritos impressos, estar sempre a serviço de Deus, nos textos sagrados e nos lábios que experimentam a glória divina (CHRÉTIEN, 1998). Dito de outro modo, a palavra era tida como um alimento sensorial da alma, uma ponte entre o mundo terreno e o mundo transcendental, uma vez que a relação com Deus só poderia ser catalogada a partir dos sentidos. De fato, os fiéis medievais eram sensibilizados pelos sentidos, como a própria degustação do corpo e do sangue de Cristo no momento da transubstanciação. Assim, ainda que a palavra pronunciada não fosse um dos cinco sentidos, ela complementava os sentidos do fiel medieval, porque era por ela que essas prescrições tomavam corpo. Portanto, se a palavra é um alimento da alma, metaforicamente podia ser sentida, degustada e ouvida. Por ela, a própria fé e as virtudes podiam ser experimentadas e provadas (PALAZZO, 2014, p. 59-91). Em suma, assim como o corpo não podia viver sem

²² “Estar de acordo; conciliar; concertar; pactuar; acordar” . CONCORDAR. In: MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, vol. I, p. 477.

o comer material, a alma não podia viver sem a palavra de Deus, porque dela procedia a mensagem que salvava (MACHADO, 2008, p. 60).

Referências

Fontes

MACHADO, José Barbosa. *Evangelhos e epístolas com suas exposições em romance*. Edição e estudo. Braga: Edições Vercial, 2008.

MACHADO, José Barbosa. *Tratado de Confissão: Edição Semidiplomática, Estudo Histórico e Linguístico*. Braga: Edições Vercial, 2010.

SANCHEZ, Clemente. *Sacramental*. Tradução de José Barbosa Machado. S/L: Vercial, 2010.

SAXÓNIA, Nicolau de. *Vita Christi. Vol. I, II, III*. Braga: Edições Vercial. Edição e estudo de José Barbosa Machado, 2011.

Bibliografia

ALMEIDA, Ângela Mendes de. *O Gosto do Pecado: Casamento e sexualidade nos manuais de confessores do séc. XIV e XVII*. Rio de Janeiro: Rocco. 1992.

ANSELMO, Artur. *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1981.

AQUINO, Tomás de. *Suma teológica*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

BAIKA, Gabriella Ildiko. *Lingua Indisciplinata: a study of transgressive speech in the "romance of the rose" and the "divine comedy"*. Pensilvânia: University of Pittsburgh, 2007. 326. Dissertação, Faculty Of Arts And Sciences, 2006.

BELINQUETE, José. *História da Catequese em Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2011.

BÍBLIA *do Peregrino*. São Paulo: Paulus, 2000.

CASAGRANDE, Carla.; VECCHIO, Silvana. *Histoire des pechés capitaux au Moyen Age*. Paris: Flammarion, 2003.

_____. *Les péchés de la langue*. Discipline et éthique de la parole dans la culture médiévale. Paris: Les Éditions du Cerf, 2007.

CHARTIER, R.; CAVALLO, G. (Orgs.) *História da leitura no mundo ocidental 2*. São Paulo: Ática, 1999.

CHRÉTIEN, Jean-Louis Chrétien. *L'arche de la parole: Épiméthée*. Paris: Presses universitaires de France, 1998.

ESPÍRITO SANTO, Arnaldo. *A cada pecado a sua penitência: imagem da sociedade nos livros penitenciais*. Centro de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, 2005.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Ed. da UNESP: HUCITEC, 1992.

FERNANDES, Maria de Lurdes C. *As Artes da Confissão: Em torno dos Manuais de Confessores do século XVI em Portugal*. Humanística e teologia, Porto, p. 47-80, 1990.

GARCÍA Y GARCÍA, Antonio. *Historia del Concilio IV Lateranense de 1215*. Salamanca: Centro de Estudios Orientales y Ecuménicos "Juan XXIII", 2005.

GILSON, Étienne. *O Espírito da Filosofia Medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LANGUN, Virginia. *Medicine and the seven deadly sins in late Medieval literature and culture*. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

MACEDO, José Rivair. *Os manuais de confissão luso-castelhanos do século XIII-XV*. Rio Grande do Sul, *Anos 90*. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, p.18-34, 2003.

MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, 2015, 4v.

MADERO, Marta. *Manos violentas, palabras vedadas*. La injuria en Castilla y león (siglos XIII-XV). Madrid: Taurus Humanidades, 1992.

PALAZZO, Éric. *L' invention chrétienne des cinq sens dans la liturgie et l' art au Moyen Âge*. Paris: Cerf, 2014, p. 59-91.

PEREIRA, Isaías da Rosa. *A vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos sínodos medievais portugueses*. Lisboa: Lusitania Sacra, 1962. p. 37-72.

ROSA, Maria de Lourdes. *Sagrado, devoções e religiosidade*. In: MATTOSO, José (Dir.). *História da vida privada em Portugal. Idade Média*. Coord. de Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011. v. 1, p. 376-401.

TEODORO, Leandro Alves. Os bispos portugueses entre visitas e prescrições. In: FRANÇA, Jean C. França; PEREIRA, Milena da Silveira. *Por escrito: lições e relatos dos mundos luso-brasileiro*. EdUFScar, 2018, p. 64.